

Título: Stakeholders no processo de licitação do sistema de transportes público de Brasília

Autor(es) ARTUR CARLOS DE MORAIS; César Augusto Passos Silva; Laís Batista Pereira; Matheus de Aquino dos Santos; Mirian Lima da Silva

E-mail para contato: arturcmorais@gmail.com

IES: ESTÁCIO BRASÍLIA

Palavra(s) Chave(s): Stakeholders, poder, licitação, transporte público, política pública

RESUMO

Pensando-se obviamente pode-se afirmar que para se chegar a um resultado satisfatório no processo de formulação de uma política pública de transportes devem ser considerados os aspectos que potencializam tanto o sucesso quanto o fracasso da empreitada. Obvio, porém não simples. Diversas são as propostas de modelos de formulação de políticas públicas, essa quantidade só existe porque nenhum modelo desenvolvido até hoje serviu para explicar todos os processos. Tão ou mais variada que os modelos são as variáveis que devem ser consideradas, porém uma está sempre presente independente do modelo, a possibilidade de conflitos entre os stakeholders. Assim um aspecto que potencializa o fracasso é a ação de atores contrários à política. Portanto conhecer quem são esses atores e seu poder de influenciar o agente responsável pela decisão é ponto indiscutível para o sucesso da implantação de uma política pública. A identificação prévia dos atores com potencial de risco e onde ele atuará possibilita a formulação de estratégias para mitigar tais riscos. Este trabalho apresenta uma metodologia para a identificação de stakeholders, e os valores de seus poderes no processo de escolha de novos operadores para o transporte público de passageiros por ônibus, através de um processo de concorrência pública na cidade de Brasília. Para a identificação dos stakeholders foi utilizado dois dos procedimentos indicados na literatura, atores com responsabilidade legal sobre o tema e pesquisa na mídia e para definir o poder de cada ator sobre o decisor foi utilizada a seguinte classificação: valor 1, será atribuído quando a influência do ator é desprezível (imperceptível), o valor 2, atribuído quando o ator possuir informações que contribua para a ação do decisor, valor 3 será atribuído quando o ator possuir poder, petição e recursos para barganha que altere a ação do decisor, podendo ser recursos financeiro, político, quantidade de votos, etc., valor 4, atribuído quando o ator possuir poder de modificar a ação do decisor, porém existindo possibilidade recursal de tornar a ação válida novamente e finalmente 5, será atribuído quando o ator possuir poder de anular a ação do decisor, possibilidade recursal. A pesquisa na mídia foi feita em aproximadamente 900 artigos jornalísticos no período de 2011 a 2013, período este que contempla três fases do ciclo de política pública, inclusão da demanda na agenda política, elaboração de alternativas e implantação. Também através dos pronunciamentos desses atores na mídia pode identificar o posicionamento, favor ou contra, dos atores em relação ao processo licitatório, o poder de cada ator foi definido através de brainstorming com especialistas em políticas de transportes. Foram identificados 22 atores governamentais, titulares de secretarias de estado, diretores de autarquias, procuradores do ministério público, conselheiros de tribunal de contas, assessores e 10 atores não governamentais, operadores, líderes sindicais (patronal e de trabalhadores), especialistas, ONGs, líderes comunitários. Os poderes desses atores em relação ao decisor variou de nível 1 a 4. A ação de atores que foram identificado como contrário ao processo licitatório combinada com ação de stakeholders de nível de poder 4 sobre o decisor provocou atraso de vários meses para a implantação dos novos contratos de operação do transporte público de passageiros.